

Alicerces da formação socioespacial, histórica e econômica de Alagoas

Fundamentos de la formación socio-espacial, histórica y económica de Alagoas

Paul Clívilan Santos Firmino*

Resumo: A sociedade alagoana e sua economia foram edificadas mediante a atividade canavieira que foi se instalando ao leste de seu território. Outras atividades como o cultivo do algodão e a pecuária adentraram o interior e alcançaram o Sertão. Entretanto, sobressai o uso do território pela cultura da cana e seus sistemas de exploração, tendo no engenho o primeiro motor modernizador da economia. Destarte, objetiva-se discutir as tendências e os processos históricos que contribuíram para a formação e consolidação da vida econômica, política, social e cultural do estado. Centrando-se numa discussão da monocultura da cana-de-açúcar como responsável, num primeiro momento, por impulsionar o povoamento e a formação dos núcleos populacionais pioneiros, apresentando sucintamente como se deu a expansão e a formação do interior e suas principais atividades, trazendo à tona cidades que emergiram entre o Agreste e o Sertão. O arcabouço teórico baseia-se em autores que são referências acerca da temática: Andrade ([1963] 2011), Carvalho (2012), Costa ([1929] 1983), Diégues Jr. (1944, 2006), Duarte (1974), Furtado (2007), Lima (1965), Prado Jr. ([1945] 2012), Tenório (1996) etc. Assim, constatou-se que a canavieira teve papel de destaque na economia do estado, na sua história e em sua formação.

Palavras-chave: Formação socioespacial e econômica, Cana-de-açúcar, Alagoas.

Resumen: La sociedad del estado de Alagoas y su economía se construyó a través de la actividad de la caña de azúcar que fue instalando al este de su territorio. Otras actividades como el cultivo de algodón y la ganadería se extendieron por el interior y llegaron al Sertão. Sin embargo, se destaca el uso del territorio para el cultivo de la caña y sus sistemas de explotación, teniendo en la obtención de azúcar el primer motor modernizador de la economía. Así, el objetivo es discutir las tendencias y los procesos históricos que

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana/PPGH da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/FFLCH da Universidade de São Paulo/USP. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo/FAPESP, com Processo de número 2017/22120-9. Orientado pela profa. Dra. Rosa Ester Rossini. E-mail: paul_clivilan@hotmail.com

contribuyeron para la formación y consolidación de la vida económica, política, social y cultural del estado. Centrándose en una discusión del monocultivo de la caña de azúcar como responsable, en un primer momento, de dinamizar el asentamiento y la formación de núcleos de poblaciones pioneros, presentando brevemente cómo se produjo la expansión y la formación del interior y sus principales actividades, bien como las ciudades que surgieron entre el Agreste y el Sertão. El marco teórico se basa en autores que son referencias sobre el tema: Andrade ([1963] 2011), Carvalho (2012), Costa ([1929] 1983), Diégues Jr. (1944, 2006), Duarte (1974), Furtado (2007), Lima (1965), Prado Jr. ([1945] 2012), Tenório (1996) etcétera. Así, se observó que la caña de azúcar tuvo un papel destacado en la economía del estado, en su historia y en su formación.

Palabras Clave: Formación socio-espacial y económica, Caña de azúcar, Alagoas.

Nota Introdutória

Os últimos decênios do século XX, bem como estes primeiros do XXI, estão sendo marcados por um processo de transformação em diversas áreas do conhecimento científico, desde as exatas, biológicas, sociais às humanidades, em virtude de um acelerado desenvolvimento técnico, científico e informacional pós Segunda Guerra Mundial, constituindo o atual período histórico, denominado por Santos ([1996] 2008) de meio técnico-científico-informacional. Contexto caracterizado por uma maior intensidade de técnica, ciência e informação, que subsidia a chamada globalização e sua expansão por todos os territórios, invadindo desde o mundo urbano até o rural. Abrem-se, desta forma, espaços para debater diversos temas, passando pela economia, cultura, população, comércio, indústria, serviços, agricultura, circulação, entre tantas outras temáticas caras aos dias atuais e que são relevantes para o conhecimento de uma determinada sociedade. No entanto, para conhecer uma dada sociedade não se deve esquecer em nenhum momento de seu passado – toda a história que está por trás da formação de uma cidade, estado, região ou país. Desta forma, é importante compreender como se deu o seu processo de formação desde as rugosidades ainda presentes em meio as novas e modernas formas, até os diversos eventos que contribuíram para moldar uma sociedade específica. Assim, vemos que:

Cada lugar combina variáveis de tempos diferentes. Não existe um lugar onde tudo seja novo ou onde tudo seja velho. A situação é uma combinação de elementos com idades diferentes. O arranjo de um lugar,

através da aceitação ou rejeição do novo, vai depender da ação dos fatores de organização existente nesse lugar, quais sejam, o espaço, a política, a economia, o social, o cultural... (SANTOS, [1988] 2008, p. 106).

Destarte, trazer à tona os eventos que marcaram a vida de relações e edificaram a sociedade alagoana torna-se fundamento relevante no entendimento da dinâmica das suas cidades e sub-regiões, bem como do Nordeste brasileiro, seja através das atividades agrícolas, seja através das comerciais, de serviços e/ou industriais. Vale frisar que, assim como o Nordeste, a formação socioespacial brasileira e sua respectiva economia têm suas bases ainda nos princípios de seu povoamento pelos portugueses. Centrada primeiramente na monocultura da cana-de-açúcar, nos engenhos que ao longo dos séculos foram sendo implantados nas diversas capitanias espalhadas ao longo da América Portuguesa e, conseqüentemente, centrada nas relações entre Metrópole e Colônia.¹ Em segundo plano veio o cultivo de gêneros como o algodão e, mais timidamente, outros gêneros como coco e café. De acordo com Firmino (2019, p. 44), “é sabido, conforme relatam alguns historiadores, que o comércio era o objetivo principal dos colonizadores, sendo a ocupação das terras brasileiras uma consequência deste comércio que se desenhava, impulsionando o capitalismo comercial que estava em desenvolvimento”.

Nesse sentido, objetiva-se no presente artigo discutir as tendências e os processos históricos, que contribuíram ao longo do tempo para a formação e consolidação da vida econômica, política, social e cultural de Alagoas e, conseqüentemente, para a história da região Nordeste. Centrando-se numa discussão do papel da monocultura da cana-de-açúcar como responsável, num primeiro momento, por impulsionar o povoamento e a formação dos primeiros núcleos populacionais em terras alagoanas, assim como, apresentar sucintamente como se deu a expansão e a formação do interior do estado e suas principais atividades, trazendo à tona a importância de cidades que emergiram entre Agreste e Sertão, e que hoje são referências não somente à nível estadual, mas regional e nacional. Para tanto, o arcabouço teórico de base para contemplar os objetivos propostos baseia-se em autores que são referências nos estudos acerca da cultura canavieira, formação socioespacial e econômica, sistemas técnicos, divisão regional, agricultura de

¹ A costa da América Portuguesa foi dividida “em doze setores lineares com extensões que variavam entre 30 e 100 léguas. Esses setores chamar-se-ão *capitanias*, e serão doadas a titulares que gozarão de grandes regalias e poderes soberanos; caber-lhes-á nomear autoridades administrativas e juizes em seus respectivos territórios, receber taxas e impostos, distribuir terras e etc.” (PRADO JR., [1945] 2012, p. 32).

subsistência entre outras temáticas-chave para a discussão. Ressalta-se também as informações obtidas no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE e revistas, como a Valor 1000.

Como forma de contemplar os objetivos propostos, o artigo está estruturado em três tópicos distintos e complementares, além desta nota introdutória, há alguns apontamentos finais e um tópico agregando todas as referências aqui utilizadas – bibliográficas, revistas, sites etc.

O primeiro tópico, intitulado “Gênese e evolução: notas sobre a formação socioespacial e econômica de Alagoas”, mostra como a sociedade alagoana foi formada – social, cultural, econômica e politicamente – mediante a cultura da cana que se expandia pelas terras que hoje delimita o seu estado, acompanhada de engenhos que iam sendo implantados e de núcleos de povoados que surgiam em suas proximidades, de tal forma que não é possível deixar de lado, em nenhuma discussão acerca do estado, o papel que a canavieira teve na expansão e colonização de Alagoas.

O segundo tópico, “Da cultura canvieira a sociedade que se ‘fazia’ rumo ao interior”, apresenta uma Alagoas que está para além da cultura canvieira. Destaca-se a produção algodoeira e a pecuária como impulsionadora do povoamento e desenvolvimento do interior, onde o algodão combinado ao açúcar, foram os responsáveis em quase sua totalidade pela economia do estado, colocando o interior em evidência. Apoiados em outras atividades e culturas, as de subsistência, por exemplo, contribuíram para o mercado que aí surgia, para as relações que estavam se estabelecendo entre litoral/interior, bem como entre o estado e o mercado nacional e internacional – visto que esse comércio ficava restrito à Pernambuco e à Bahia.

Por fim, o terceiro e último tópico, “Propostas de divisões regionais e relatos contemporâneos da economia alagoana”, apresenta algumas propostas de divisões regionais para entendermos o conjunto da economia alagoana, a importância de cidades interioranas na história da formação econômica e aponta a fragilidade enfrentada pelo estado em encontrar outros caminhos que não sejam aqueles que levam ao mar de cana que ainda predomina em sua vida econômica.

Gênese e evolução: notas sobre a formação socioespacial e econômica de Alagoas

A formação territorial do atual estado alagoano está intrinsecamente atrelada a do Nordeste e, conseqüentemente, do Brasil, seja pela invasão e ocupação das terras “virgens” pelos colonizadores portugueses, seja pela constituição de um mercado que se fazia através das comercializações entre venda e troca de produtos variados, estruturando o que viria a ser hoje as conhecidas feiras livres, bem como, pelo intenso uso do território a partir da atividade canavieira que começava a ser inserida nestas terras, passando então, a dominar praticamente todo a costa alagoana. A atividade canavieira, presente até os dias atuais, tornou-se o alicerce da vida econômica de Alagoas.

Trilhando por esse caminho, conforme relatos e toda herança histórica deixada por diversos escritores e pesquisadores das mais diversas áreas, vê-se que as terras hoje correspondentes ao estado de Alagoas tiveram sua ocupação baseada numa expansão da cultura canavieira que já estava estruturada na Capitania de Pernambuco (Imagem 1 – Capitania de Pernambuco, em 1720). Segundo Brandão (1919), essa Capitania compreendia uma faixa entre o rio São Francisco e o de Santa Cruz do Itamaracá, com 60 léguas de terras, doada à Duarte Coelho Pereira no ano de 1534, sendo chamada de Nova Lusitânia a partir de 1535 quando ele toma posse das terras.

A monocultura da cana foi chave na formação socioespacial e econômica não só da região Nordeste, mas também da formação brasileira. Destaca-se ainda o seu papel como responsável, durante muito tempo, pelo que se pode chamar aqui de “primórdios da industrialização do país”, a partir dos engenhos que pouco a pouco iam sendo instalados e, posteriormente, substituídos por formas mais eficientes e modernas, até sua total transformação em usinas na transição do século XIX ao XX.

Imagem 1. Capitania de Pernambuco (1720)



Fonte: COSTA, C. *História das Alagoas*: resumo didactico. São Paulo: Cia. Melhoramentos de São Paulo; Maceió: SERGASA, [1929] 1983, p. 7.

Depois da expansão do cultivo da cana-de-açúcar no sentido sul da Capitania, é dado o segundo passo para a ocupação das terras alagoanas, já que o primeiro, de acordo com Lima (1965), em relação ao seu povoamento, foi a ocupação iniciada pelos povos indígenas, que se distribuíram pelo seu território. Entretanto, quando se trata do colonizador, a ocupação iniciou-se, segundo os cronistas antigos e historiadores mais novos, com os franceses, os mais atuantes mercadores de pau de tina (pau-brasil). Assim, Duarte (1974, p. 25), em relação ao segundo passo da ocupação, aponta que:

Desde cedo, os engenhos começaram a pontilhar o território alagoano, o antigo “Sul” da Capitania de Pernambuco, o que tem levado os historiógrafos à afirmativa certa de que o povoamento alagoano se fizera à sombra dessas fábricas de açúcar e, também, das fazendas de gado no S. Francisco, que deram lugar a tantos núcleos populacionais.

Essa expansão abriu caminho para o cultivo da cana em novas áreas, de modo que surgiu, em um primeiro momento, o núcleo de povoamento chamado Penedo², velhíssimo empório comercial conforme Duarte (1974), porém, estas terras ainda não estavam na “mira” dos colonizadores no que diz respeito a cultivar cana-de-açúcar. Na sequência, mais dois núcleos foram criados a partir das necessidades de povoar as terras ao sul da capitania pernambucana – Porto Calvo e Alagoas do Sul. Logo, o povoamento alagoano partiu de três focos principais, constituindo o norte, centro e sul do estado, para posteriormente adentrarem rumo ao interior/sertão:

Um assentou no norte, e teve Porto Calvo como núcleo de irradiação. O segundo situa-se no centro do litoral e se desenvolveu em torno das lagoas, que deram nome ao povoado inicial: Alagoas ou Alagoa do Sul e Alagoa do Norte. Prolongou-se pelo Vale do Mundaú, a cujas margens assentaram os fundamentos da economia local: os engenhos de açúcar. O terceiro foco situou-se ao sul; Penedo é o seu centro de expansão (DIÉGUES JR., 2006, p. 43).

Esses foram os primeiros núcleos responsáveis pela vida social que se fazia nesta porção territorial sob o domínio português e pela economia que começava a se estruturar,

² Para Brandão (1919), Penedo foi o primeiro estabelecimento fundado em terras alagoanas entre os anos de 1522 e 1535. Em seguida surge Porto Calvo, no ano de 1575, como ponto de passagem obrigatório para quem se deslocava no sentido sul da Capitania.

repousada basicamente no açúcar, ao menos para os núcleos do centro e do norte de Alagoas. De acordo com Diégues Jr. (1944, p. 9),

Nêste ambiente, nesta terra de tão variada fisionomia, é que se desenvolveu a atividade do homem, iniciada na terceira década do século XVI, quando Duarte Coelho Pereira, primeiro donatário da Capitania de Pernambuco, visitou as suas terras, penetrando o São Francisco. Aí, junto à elevação existente e que deu o nome ao povoado – Penedo – deixou, possivelmente, os primeiros povoadores do território sul de sua capitania, como antes os havia deixado, por certo, as margens da lagoa do Sul ou Manguaba, donde haver o povoado recebido o nome de Alagoas do Sul, mais tarde, Alagoas, hoje Marechal Deodoro.

A forte presença da monocultura da cana, que desde cedo veio dominando a economia e sobressaindo em relação a outros tipos de culturas, se deve não somente aos altos valores proporcionados, “mas também pelas condições adequadas de terreno para o cultivo da cana. O solo, pela água e pelo terreno de massapé, e o clima das Alagoas permitiram o fácil desenvolvimento da cultura no território alagoano” (DIÉGUES JR., 2006, p. 116).

Sob o donatário de Duarte Coelho de Albuquerque foi possível expandir o povoamento e conquistar as terras alagoanas. Com fundação de uma feitoria nas proximidades da Foz do São Francisco, hoje município de Penedo, foram dados os passos para o povoamento e colonização sul de Alagoas. D. João III, querendo colonizar de vez as terras brasileiras, tomou como medida a distribuição de sesmarias, a partir da divisão da Capitania³, aos mais notáveis colonos. Assim, as sesmarias e seus respectivos colonos, responsáveis pela porção territorial de Alagoas, ficaram divididas conforme exposto no quadro I.

Quadro I. Divisão em sesmarias das terras alagoanas (1534)

Colonos	Sesmarias
1 – Christovam Lins	Da embocadura a Cabo de Santo Agostinho. Somente uma parte dessa sesmaria ficou pertencendo a Alagoas. Na sua sesmaria, pouco a pouco repartida com os colonos que mais se distinguiam, dedicando a sua inteligência ao desenvolvimento da agricultura e da indústria açucareira.
2 – Antonio de Barros Pimentel	Da foz do Manguaba a do Santo Antônio de Meirim. Conhecido por Santo Antônio dos Quatro Rios por serem quatro cursos fluviais que a

³ “A primeira divisão territorial do Brasil ocorreu em 1534 e foi realizada por D. João III, rei de Portugal” (GUERRA; GUERRA, 1964, p. 3).

	banhavam – Manguaba, Tatuamunha, Camaragibe e Santo Antônio.
3 – Miguel Gonçalves Vieira	Obteve duas concessões de terras. (3º Donatário – Jorge Coelho de Albuquerque) Cinco léguas na costa e oito para o sertão, com a condição de fundar vila, levantar engenhos e reparti-la pelos moradores. (4º Donatário – Marquês de Basto e Conde de Pernambuco) cinco léguas no litoral e dez para o interior. Pela costa, a sesmaria começava em Santo Antônio do Meirim e terminava na enseada da Pajussara. Pelos fundos, a ela pertencia a Lagoa do Norte ou Mundaú.
4 – Diogo Soares da Cunha	Obteve uma sesmaria de cinco léguas de litoral, de Pajussara ao porto do Francês, com sete léguas de fundo, segundo o foral de 5 de agosto de 1591. Residiu a partir de 1596 no povoado cujo nome foi dado de Magdalena, dilatando-se em propriedades agrícolas, estendeu-se pela margem da lagoa do sul, ou Manguaba.
5 – Antonio de Moura Castro	Couberam as terras que, pelo litoral, vão do porto do Frances ao Picão, em Coruripe. Dessa sesmaria saíram a Vila do Poxim e a cidade de Coruripe.
6 – Belchior Alvares Camello	1º alcaide-mór de Penedo, parece terem pertencido às terras restantes, pela costa do Picão à foz do São Francisco.
7 – D. Felipa de Moura	Foram doadas em 1612 pelo segundo donatário quatro léguas a oeste do São Francisco, ao norte da foz do Pianguy. Pertenceram-lhes também as terras marginais do rio de São Miguel.
8 – Antonio Barbalho Feio	Deram-se cinco léguas do engenho São Miguel aos campos de Inhauns. Fundou o engenho, hoje Sinimbu, dando origem a atual cidade de São Miguel dos Campos.
9 – Várias Colonos	Os famosos campos dos Arrozais de Inhauns – os mais ricos pastos de todo o Brasil – estendiam-se por dez léguas do território, cortados ao meio pelo rio São Miguel.
10 – João da Rocha Vicente	Uma sesmaria fronteira as terras que haviam pertencido a Jeronymo de Albuquerque. Foram-lhe dadas nove léguas do território, no sertão.
11- Leonardo Pereira da Cunha	Uma sesmaria de légua e meia na margem do São Francisco.
12 – Fernão de Vaz Freire	Em 1614 duas ilhas – Perecoba e Genipapo e mais duas léguas em quadra na margem do São Francisco.

Fonte: COSTA, C. *História das Alagoas*: resumo didactico. São Paulo: Cia. Melhoramentos de São Paulo; Maceió: SERGASA, [1929] 1983. Elaboração: o autor.

Entre idas e vindas, ainda no século XVIII, mais precisamente em 1706, o território de Alagoas é elevado à categoria de Comarca⁴ mediante a Carta Régia de 9 de outubro daquele mesmo ano, sendo o primeiro passo para a autonomia administrativa, tendo desde ouvidor, comandante militar a juízes ordinários e capitães mores, que futuramente seria solidificada com a emancipação e desmembramento da Capitania de Pernambuco. Por esta época já não se tinha o rebuliço dos primeiros tempos da colonização, de forma que as povoações que iam surgindo davam origens às freguesias e vilas, não só no litoral como também adentrando o interior, zona do sertão com condições ricas para as fazendas pastoris. Assim, os contornos geográficos do território foram sendo afirmados, abrangendo toda a região que foi a comarca de Alagoas (COSTA, [1929] 1983), tendo como sede principal Alagoas do Sul, a primeira capital alagoana, hoje município de Marechal Deodoro.

No século XIX, mais de cem anos depois de elevada à categoria de comarca, em 16 de setembro de 1817, ocorre a Emancipação Política do território de Alagoas, onde “o govêrno geral sancionava o desmembramento levado a efeito pelo ilustre Ferreira Batalha. Alagoas entrava para a comunhão brasileira com os foros de capitania” (COSTA, 1967, p. 38). Fatores econômicos e demográficos que já se espalhavam por mais de um terço da Capitania de Pernambuco⁵, refletindo no seu desenvolvimento, bem como devido à sua estranheza em relação à revolução republicana em Recife⁶, foram essenciais nesse marco histórico para Alagoas, onde de território pertencente à Capitania de Pernambuco passa à categoria de comarca que, posteriormente, é elevada à Capitania de Alagoas. Costa ([1929] 1983) aponta que, querendo diminuir a força de Pernambuco, reduzindo seu território e retribuir os serviços prestados por Alagoas em relação ao movimento de 1817, o rei D. João VI resolve dar foros de independência ao hoje estado de Alagoas.

Neste caminhar, em fins do século XIX, foi possível constatar um contingente populacional bem superior ao de várias províncias, um significativo número de freguesia e uma economia que literalmente se enraizava nas terras alagoanas, ou seja, a economia

⁴ De acordo com apontamentos feitos por Brandão (1919), a comarca das Alagoas que sempre foi devido a muitas causas mais ou menos bem povoada, contava, ao iniciar o novo século, com as seguintes localidades: Penedo, núcleo da vida do Baixo São Francisco, a que ainda hoje continua a presidir; Porto Calvo; Alagoas do Sul; Anadia; Poxim; Atalaia; São Miguel dos Campos; Maceió; Porto de Pedras; Santa Luzia do Norte; Piaçabuçu; Porto Real do Colégio; Traipu; Água Branca; Palmeira dos Índios e Santana do Ipanema.

⁵ Nessa época, Alagoas contava com uma população de 89.589 habitantes, passando para 111.973 habitantes no ano de 1819, conforme Costa (1967). Tenório (1996) mostra que esse número já alcançava a cifra de 249.687 habitantes em 1860 e 341.316 em 1870.

⁶ É possível identificar esse fato a partir das palavras de Lima (1965, p. 179): “outros episódios históricos tiveram alguma repercussão, como a revolução de 1817, em Pernambuco, a qual levou D. João VI a nos separar de Pernambuco, como prêmio de nossa fidelidade à sua política imperial e pelas boas condições econômicas”.

baseada na cultura da cana-de-açúcar. A tabela 1 mostra como estavam distribuídas, por essa época, as freguesias e população, livre ou não, no estado de Alagoas. Para Duarte, (1974, p. 26) “a Capitania apresentava comum saldo ao seu favor por possuir maior desenvolvimento do que outras pequenas capitanias, inclusive a da Paraíba, era de trabalho e disposição de seus filhos, de participarem do engajamento da terra que os vira nascer”.

Tabela 1. Alagoas: população por freguesia na década de 1870

Freguesias	População Livre	População Escrava	Total
Maceió	10.486	1.632	12.118
Jaraguá	3.303	368	3.671
São Miguel	10.139	2.190	12.329
Pilar	8.458	1.348	9.806
Pão de Açúcar	8.645	407	9.052
Norte (Santa Luzia)	7.194	1.919	9.113
Anadia	12.394	1.296	13.691
Traipu	11.857	729	12.586
Sat'Ana	8.421	316	3.737
Porto de Pedras	5.252	1.008	6.260
Camargibe	18.681	2.472	21.153
Água Branca	5.282	338	5.620
Quebrangulo	9.944	847	10.791
Penedo	14.093	1.443	15.536
Atalaia	22.609	1.882	24.491
São Bento de Maragogi	8.757	1.869	10626
Colégio	12.781	494	13.275
Murici	10.852	961	11.813
Mata Grande	4.335	277	4.612
Piaçabuçu	3.252	304	3.556
Pioca (Ipioca)	8.674	2.068	10.742
Porto Calvo	13.422	2.014	15.436
Assembleia	19.631	1.082	20.713
Limoeiro	8.983	855	9.838
Coruripe	7.752	934	8.686
Palmeira dos Índios	13.614	3.411	17.022
Imperatriz	29.277	1.340	30.616
Alagoas	8.449	977	9.426
Total	306.537	34.781	341.318

Fonte: TENÓRIO, D. A. *Visão Geral da Província das Alagoas no Segundo Reinado*. In. *Capitalismo e Ferrovias no Brasil*. Curitiba: HD Livros, 1996, p. 73-74.

Além da cultura da cana-de-açúcar, outros produtos se destacaram ao longo da história econômica de Alagoas, a exemplo do cultivo do algodão, segundo produto de grande valor e que foi durante muito tempo, juntamente com a cana, protagonista na economia do estado, porém, nunca ocupando o lugar da cultura canavieira. O algodão foi cultivado com mais intensidade no interior de Alagoas e de outros estados, como Sergipe, Pernambuco e Paraíba⁷.

Da cultura canavieira a sociedade que se “fazia” rumo ao interior

O início da prática de cultivar algodão em terras alagoanas é datada de fins do século XVIII, atingindo números consideráveis na produção no século seguinte, quando da emancipação política do território que hoje forma o estado de Alagoas. Esse produto “teve também nos primórdios de nossa colonização uma atividade acentuada, facilitando o povoamento do interior alagoano, com as plantações que ajudaram as fazendas de gado a se fixarem na zona sertaneja” (LIMA, 1965, p. 242-243). No que concerne ao algodão e seu estímulo à agricultura brasileira, Prado Jr., (2011, p. 136) faz a seguinte afirmativa:

Até então, o grande gênero tropical fora o açúcar. Outro virá emparelhar-se a ele, e o sobrepujará em breve: o algodão. Embora conhecido imemorialmente, o papel do algodão nunca fora de destaque; em particular na Europa, onde nada havia que o avantajasse às fibras de produção local então utilizadas para os mesmos fins que ele: o linho ou a lã. Os progressos técnicos do século XVIII permitirão o seu aproveitamento em medidas quase ilimitadas, e ele se tornará a principal matéria-prima industrial do momento, entrando para o comércio internacional em proporções que este desconhecia ainda em qualquer outro ramo.

Neste viés, é nítido que o cultivar algodão juntamente com a monocultura da cana foram os responsáveis por dominar em sua quase totalidade a economia não só do estado, mas também brasileira. Foi a cultura algodoeira tão difundida em Alagoas que chegou a ultrapassar o açúcar em determinados períodos, de maneira que “o algodão atingia, então, a fase áurea; alcançava preços compensadores. Mais do que compensadores” (DIÉGUES JR., 2006, p. 119). No entanto, os índices, que o algodão estava atingindo, não eram

⁷ Vide o trabalho de Lirbório (2017) a respeito do circuito espacial de produção do algodão naturalmente colorido na Paraíba.

suficientes para ocupar o status de primeiro colocado em relação ao açúcar, ficando economicamente em segundo lugar. De acordo com estudos feitos por Tenório (1996, p. 76), observa-se que “crescia a produção do açúcar, registrando o porto de Maceió, índices ascendentes de movimento. O açúcar continuava a liderar a produção, sempre seguido do algodão”. Vale ressaltar que a produção algodoeira, suas altas e baixas, dependia muito do mercado externo, pois era um produto cultivado na Colônia que fazia parte dos produtos destinados à exportação, suprimindo as necessidades, inicialmente, dos países colonizadores.

Destarte, de um lado, a cana-de-açúcar e os engenhos foram responsáveis pela economia e o povoamento do Litoral e Zona da Mata, sendo estes responsáveis por constituírem a base do povoamento dessas terras (DUARTE, 1974), onde tem-se “uma diminuição no número de propriedades rurais” (SANT’ANA, 1970, p. 201), mas com enormes extensões de terras e uma concentração nas mãos dos grandes latifundiários. Trilhando por este caminho, Diégues Jr. (2006) relata que o território alagoano conheceu os mais variados tipos de fábricas de açúcar, desde os engenhos d’água até os movidos a trapiches, estes movidos a bois. Para o referido autor, “o engenho de açúcar como unidade econômica era um conjunto de exploração monocultura-latifundiária, com sua mão de obra baseada no trabalho escravo. Esse quadro econômico refletia-se na organização da sociedade aí nascida” (DIÉGUES JR., 2012, p. 48); de outro lado, o algodão foi de certa forma o responsável pela expansão, povoamento e formação da economia do interior⁸, que juntamente com a pecuária colocaram em movimento o Agreste e Sertão: “muitos pequenos e médios proprietários de terra da região Agreste participavam da produção de algodão, área de transição entre a Zona da Mata e o Sertão, onde essa cultura teve papel de destaque” (LIRBÓRIO, 2015, p. 6). Nesse viés, Furtado (2007, p. 96) aponta que “a criação de gado – da forma como se desenvolveu na região nordeste e posteriormente no sul do Brasil – era uma atividade econômica de características radicalmente distintas das da unidade açucareira. A ocupação da terra era extensiva e até certo ponto itinerante”.

A canavieira e a produção algodoeira estavam muito direcionadas ao mercado além-mar, eram produtos-chave nas negociações, principalmente, entre Colônia e

⁸ Grande exemplo é o caso do município de Delmiro Gouveia, antigo povoado Pedra, pertencente a Água Branca no Alto Sertão Alagoano. Com a chegada de Delmiro Augusto da Cruz Gouveia em 1903, vindo de Recife, vieram diversos empreendimentos, dentre eles, a instalação de uma fábrica de linha em 1914, chamada de Companhia Agro-Fabril Mercantil (FERREIRA, 1959), conhecida como Fábrica da Pedra. Isto foi reflexo do cultivo e avanço da prática algodoeira rumo ao interior, mostrando o quão importante a fábrica representou para o interior alagoano. No entanto, esta fábrica encerrou suas atividades em 2016 e fechou o ciclo desta cultura nas proporções que tinha em seus tempos áureos.

Metrópole, porém, existiam outros produtos de fundamental importância para a sobrevivência e manutenção da dinâmica interna, desde a escala local/regional até a nacional, que estava em formação. Assim, pode-se dizer, conforme Tenório (1996, p. 77), que dentre os produtos com grande importância na economia interna estavam “o feijão, o milho, o fumo, o arroz, a mandioca e o coco, sendo alguns cambiados com outras províncias”. Entretanto, tais produtos não tinham importância tão significativa no que concerne ao contexto exportador. Concomitantemente com tais produtos, a pecuária teve grande destaque, uma vez que o território alagoano possuía “excelentes pastagens nos campos conhecidos como Campos de Inhauns, hoje Município de Anadia” (DIÉGUES JR., 1944, p. 12).

A comercialização dos produtos cultivados em terras alagoanas se fazia num primeiro momento, mediante às exportações a partir do porto de Recife, que direcionava toda produção que aí chegava para o estrangeiro. O deslocamento da produção para outro estado, por exemplo, não permitia maior crescimento do seu comércio interno, que juntamente com outros fatores explicam o atraso em relação ao seu desenvolvimento agrícola, tais como “a deficiência de estradas que trouxessem os produtos do interior para os portos de embarque, a escassez da navegação marítima e, algumas vezes, a inferioridade do produto alagoano” (DIÉGUES JR., 2006, p. 133). Percorrendo pelos escritos de Sant’Ana (1970, p. 27), é possível perceber que:

Alagoas encravada entre dois grandes centros comerciais que a comprimiam – Pernambuco e Bahia –, através dos quais exportava parte da sua produção de açúcar e algodão, desde cedo a nova Capitania, logo depois Província, começara a exportar aquêles e outros produtos diretamente para os portos estrangeiros.

Então, o intercâmbio comercial entre Alagoas e diversos outros países estrangeiros, só ocorrerá de fato em meados do século XIX, deixando de depender diretamente dos portos pernambucano e baiano, graças ao porto de Jaraguá que passou a fazer esse comércio diretamente com o exterior, recebendo navios não somente de Portugal, mas destacando também a participação do comércio inglês em terras alagoanas, que mantinha o controle no que se referia aos produtos manufaturados importados. Nota-se que “de longa data esse comercio inglês se vinha exercendo na Província das Alagoas. Assim, acredito que ainda na fase de Comarca, ele existisse nas Alagoas, pois, no Recife, era forte o

comércio por parte dos ingleses e possivelmente deviam manter aqui filiais de suas firmas” (DUARTE, 1974, p. 30).

O porto de Jaraguá e toda a dinâmica e a centralidade que estava tendo a capital alagoana, Maceió, a coloca em evidência e num crescimento bastante acelerado, ultrapassando a antiga capital (Alagoas do Sul, depois Alagoas e hoje correspondendo ao município de Marechal Deodoro) e diversas outras cidades que emergiram através das funções desempenhadas pelos engenhos e usinas⁹, permanecendo durante muitas décadas como simples aglomerações. Atualmente, muitas cidades ainda se apresentam como simples centros sem grande representatividade, com uma economia e um comércio pouco variado e dinâmico, estas cidades localizadas na zona predominantemente dominada pela economia baseada na agroindústria do açúcar. Nota-se que o desenvolvimento de Alagoas está centrado na “evolução industrial, começada, praticamente, desde a instalação dos engenhos de açúcar e sua posterior substituição pelas usinas; êste surto incrementou-se, ainda mais, com o aperfeiçoamento de nossa indústria têxtil” (LIMA, 1965, p. 179). Para além da indústria têxtil e açucareira, está também a indústria voltada para produção de óleos vegetais e diversas outras iniciativas:

Indústrias surgem e se desenvolvem no Estado, podendo apontar-se ainda o beneficiamento e transformação de produtos agrícolas, a de laticínios que vem tomando grande incremento nos últimos anos, a de cerâmica com a produção de artefatos de barro, telhas e tijolos, a de sabão, a de mobiliário com a produção de móveis de madeira e vime, etc. (DIÉGUES JR., 1944, p. 14).

Ao contrário das cidades e povoamentos surgidos e desenvolvidos na Zona da Mata, pode-se destacar àquelas localizadas no Sertão e no Agreste, que apesar de mais jovens,

⁹ A primeira usina em terras alagoanas de que se tem notícia foi a usina Brasileiro fundada em 1890 pelo Barão Wandesmet. Entretanto, o início da indústria em Alagoas data de antes da introdução da usina de açúcar. Sua gênese está atrelada à indústria têxtil, com a fundação da fábrica de tecidos “Companhia União Mercantil” e Fernão Velho, criada a partir da iniciativa de José Antônio de Mendonça Barão de Jaraguá (DIÉGUES JR., 1944). As usinas passaram a produzir mais açúcar, chegando a ultrapassar a produção proveniente dos engenhos, sendo “em 1922, – ano em que a produção de açúcar das usinas alagoanas ultrapassou a dos engenhos – aqui existiam 13 usinas: Apolinário, Bom Jesus, Brasileiro, Leão, Esperança, Pau Amarelo, Pindoba, Rio Branco, Santo Antônio, São Simeão, Serra Grande, Sinimbu e Uruba” (SANT’ANA, 1970, p. 195). Vale também chamar atenção para a primeira usina funcionando a partir do sistema de cooperativismo. De acordo com Diéguas Jr., (2006, p. 160), “começou a funcionar em janeiro de 1946 a usina Caeté, a primeira fábrica de açúcar, pelo sistema cooperativista, inaugurada não apenas no Brasil, mas em toda a América do Sul”. Sendo esta considerada em 2012 a 265ª empresa dentre as 1000 empresas no ranqueamento das maiores do Brasil, com uma receita líquida (em R\$ milhões) de 1.516,0, seguida da Usina Coruripe (açúcar e álcool em 307ª – 1.320,7 de receita líquida) e da indústria Sococo em 829ª (produção de alimentos) com receita de 393,7 (VALOR 1000, 2013).

muitas surgidas no século XX, têm mostrado uma maior diversidade graças à divisão da terra, uma forte atividade agrícola com a policultura dominante e uma gama de pequenos centros locais que, diferente daqueles localizados na Mata e Litoral, são bastante dinâmicos. Assim, percebe-se que uma das particularidades da vida urbana de Alagoas, conforme relata Corrêa (1992, p. 93), “diz respeito à diversidade na distribuição espacial das cidades. De um lado, temos, nas zonas litorâneas e da mata, um grande número de pequenas cidades, e de outro, nas zonas agreste e sertão, um número maior de cidades importantes”.

Destarte, não se deve esquecer, na vida urbana de Alagoas e na sua evolução, o papel desempenhado pelos transportes, de modo que em cada época um tipo de transporte foi responsável pelo desenvolvimento de funções importantes, colocando cidades em evidência de acordo com suas características e localidades. Assim, além das facilidades de navegação marítima e fluvial, Diégues Jr. (1944, p. 15) mostra que Alagoas também dispunha “de uma rede de viação férrea e de uma rede rodoviária, que lhe permitem mais fácil intercâmbio com os estados vizinhos, para não referir apenas às comunicações intermunicipais”. O transporte veio modificar a vida urbana em Alagoas, no caso do interior, para não focar apenas em sua capital, destaca-se a cidade de Arapiraca, que graças em parte à presença das ferrovias e, posteriormente, das rodovias, foi ganhando impulso e se desenvolvendo, onde a exportação do fumo produzido em Arapiraca tinha nas estradas de rodagem uma grande aliada. A cultura do fumo a partir da década de 1940 foi responsável por impulsionar de vez a economia arapiraquense, elevando a cidade a um grande centro e por que não dizer o maior centro fumicultor do Nordeste entre as décadas de 1940 até 1970 (GUEDES, 1999). Esse impulso da economia de Arapiraca mediante à rápida aceitação da cultura do fumo é visto a partir de alguns dados apresentados por Lima (1965, p. 232):

Em 1920, quando Arapiraca era ainda distrito de Limoeiro, todo o município de Limoeiro produzia 48 ton. de fumo. Em 1940, só o município de Arapiraca, já emancipado, produzia 20 ton. de fumo em fôlha e 257 ton. de “fumo de corda”. Em 1948, segundo dados oficiais do Min. Da Agricultura, a cultura do fumo era feita em 2.700 ha, com produção estimada em 2.000 ton. Isso representa uma produção média de 25 arrobas por tarefas, o que nos parece um pouco exagerado. De qualquer modo, exprime um aumento brutal em oito anos.

Essa produção fumageira foi em partes responsável por pôr em evidência, graças à rede de circulação rodoviária, o interior – diga-se o Agreste – que ficou praticamente esquecido ao longo de todo o processo de formação da sociedade alagoana. Em suas extensões as vias de transportes mobilizaram, impulsionaram e deram uma dinâmica maior à economia, ao comércio e ao crescimento não só de Arapiraca, mas também, das cidades do Agreste e do estado como um todo, tendo em vista a formação e o desenvolvimento de diversas indústrias locais e regionais de grande representatividade, que contribuem ainda hoje para uma maior diversificação econômica no interior (FIRMINO, 2016; SILVA, 2021).

Mediante o exposto até o presente, vê-se que o desenvolvimento alagoano e sua respectiva economia devem-se em grande parte ao papel desempenhado pelo açúcar, “criador dessa sociedade, cujos traços característicos se fixam em derredor da vida econômica determinada pela agricultura da cana e indústria do açúcar” (DIÉGUES JR., 2012, p. 50). Contudo, não se deve esquecer outras culturas – algodão, fumo, mandioca, diversos cereais etc. – e a própria atividade cultural¹⁰, que foram importantes em determinados momentos da história econômica de Alagoas, revelando-se nos vários setores da sociedade.

Propostas de divisões regionais e relatos contemporâneos da economia alagoana

Até o presente momento foi feito referência ao território alagoano, e suas particularidades econômicas, levando-se em consideração a divisão regional do Nordeste conforme proposta de Andrade ([1963] 2011), quais sejam: Litoral Oriental e Zona da Mata, Agreste, Sertão e Litoral Setentrional, e Meio Norte. Entretanto, outras propostas para analisar a economia e vida da população alagoana merecem destaques. Pensando em Alagoas na década de 1940, Diégues Jr. (1944) apresenta a divisão do território em quatro grandes zonas fisiográficas: “Marítima, Mata, Sanfranciscana e Sertaneja”, conforme observado no quadro 2. Pode-se destacar dentre estas a zona fisiográfica Sertaneja, maior em extensão, com 9.581 km² e com apenas sete municípios, onde a cidade de Arapiraca estava inserida. Atualmente localiza-se na Microrregião do Agreste de Arapiraca¹¹, que por

¹⁰ Com destaque para aquelas originárias da cultura fumageira, como as tradicionais destaladeiras de fumo, a exemplo do grupo cultural do bairro Canafistula em Arapiraca.

¹¹ De acordo com a Constituição Federal Brasileira/CFB de 1988, Capítulo III (Dos Estados Federados) art. 25, §3º, Microrregião é um conjunto de Municípios limítrofes: “Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de

sua vez torna-se a mais importante cidade do interior e a segunda maior do estado. Naquele momento, Arapiraca ainda não apresentava os índices que contribuíram para alcançar o patamar de cidade mais importante de todo interior alagoano. Palmeira dos Índios e Santana do Ipanema eram as mais importantes economicamente nessa época, aquela no Agreste e esta no Sertão.

Quadro 2. Alagoas: Zonas Fisiográficas na década de 1940

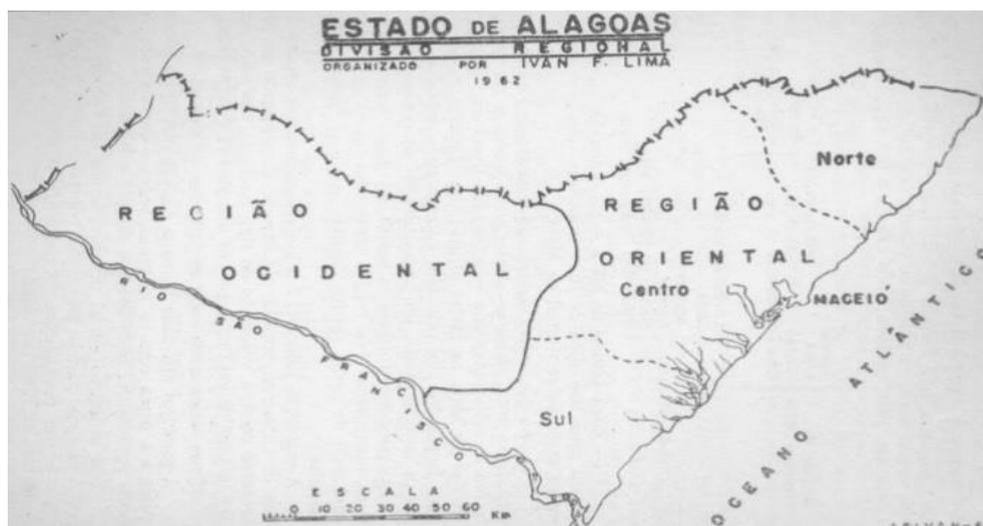
Zonas Fisiográficas	Municípios	Extensão (km ²)
Marítima	Coruripe, Maceió, Maragogi, Marechal Deodoro, Passo de Camaragibe, Piaçabuçu, Manguaba, Porto de Pedras, Rio Largo, São Luiz do Quitunde e São Miguel dos Campos.	6.361
Mata	Assembleia, Atalaia, Conceição do Paraíba, Colônia-Leopoldina, Murici, Porto Calvo, Quebrangulo, São José da Laje e União dos Palmares.	6.019
Sanfranciscana	Igreja Nova, Pão de Açúcar, Penedo, Marechal Floriano, Porto Real do Colégio e Traipu.	6.610
Sertaneja	Água Branca, Anadia, Arapiraca, Limoeiro de Anadia, Mata Grande, Palmeira dos Índios e Santana do Ipanema.	9.581

Fonte: DIÉGUES JR., M. *Alagoas e seus municípios*. Maceió: Imprensa Oficial, v. I, 1944. Elaboração: o autor.

Uma outra proposta de divisão regional e em zonas fisiográficas para o estado é apresentada por Ivan Fernandes Lima no seu clássico “Geografia de Alagoas” do ano de 1965. Para Lima (1965), Alagoas dividia-se em: Região Oriental (Norte, Centro e Sul) e Região Ocidental, conforme pode ser visto através da imagem 2. Na sequência, Lima apresenta seis zonas fisiográficas que podem ser encontradas a partir da divisão em regiões (Quadro 3).

Imagem 2. Alagoas: divisão regional segundo Lima (1965)

interesse comum”. Para o IBGE (DGEO/DITER, 1990), “a organização do espaço microrregional foi identificada, também, pela vida de relações ao nível local, isto é, pela interação entre as áreas de produção e locais de beneficiamento e pela possibilidade de atender às populações, através do comércio de varejo ou atacado ou dos setores sociais básicos. Assim, a estrutura da produção para a identificação das microrregiões é considerada em sentido totalizante, constituindo-se pela produção propriamente dita, distribuição, troca e consumo, incluindo atividades urbanas e rurais. Dessa forma, ela expressa a organização do espaço a nível micro ou local”.



Fonte: LIMA, Ivan Fernandes. **Geografia de Alagoas**. São Paulo: Ed. do Brasil, 1965, p. 115. (Coleção Didática do Brasil. Série Normal, v. 14).

Quadro 3. Alagoas: Zonas Fisiográficas do estado segundo Lima (1965)

Zona Fisiográfica	Municípios	Características
Litoral da Mata	Barra de Sto. Antônio, Barra de S. Miguel, Coqueiro Seco, Coruripe, Japaratinga, Maceió, Maragogi, Marechal Deodoro, Passo de Camaragibe, Pilar, Porto de Pedras, Roteiro, São L. do Quitunde, Sta Luzia do Norte, São Miguel dos Milagres, São Miguel dos Campos, Satuba.	Uma de suas fronteiras com o oceano e a maior extensão territorial na Mata; caracterizou-se pela ocupação humana colonial com os comerciantes de pau-brasil, os engenhos de açúcar e as cidades fundo-de-estuário.
Zona da Mata	Atalaia, Boca da Mata, Cajueiro, Campo Alegre, Capela, Chã Preta, Colônia Leopoldina, Flecheiras, Ibatiguara, Joaquim Gomes, Jacuípe, Jundiá, Junqueiro, Mar Vermelho, Matriz de Camaragibe, Messias, Muricí, Novo Lino, Pindoba, Porto Calvo, Rio Largo, São José da Lage, São Sebastião, Santana do Mundaú, União dos Palmares, Viçosa.	Mais importante zona por causa da industrialização que a caracteriza com as usinas de açúcar e fábricas de tecidos de algodão.
Zona do Agreste	Parte úmida: Anadia, Belém, Limoeiro de Anadia, Maribondo, Paulo Jacinto, Quebrângulo, Tanque D'Árca, Taquarana. Parte sub-úmida: Arapiraca, Campo Grande, Coité do Nóia, Craíbas, Feira Grande, Igaci, Girau do Ponciano, Lagoa da Cana, Palmerias dos índios.	Faixa de transição entre a Mata e o Sertão no sentido norte-sul; pode ser dividido em Agreste da Mata ou úmido e Agreste do Sertão ou sub-úmido; a agricultura e a pecuária têm condições de grande desenvolvimento e as propriedades multiplicam-se, caracterizando os minifúndios, apesar de existir alguns latifúndios na parte úmida.
Zona do Sertão	Água Branca, Batalha, Cacimbinhas, Canapí, Carneiros, Dois Riachos, Inhapí, Jacaré dos	Zona das caatingas, onde a evaporação concorre com os índices pluviométricos; os rios secam durante a

	Homens, Jaramataia, Major Izidoro, Maravilha, Minador do Negão, Mata Grande, Monteirópolis, Olho d'Água das Flores, Olivença, Ouro Branco, Palestina, Poço das Trincheiras, Santana do Ipanema, São José da Tapera, São Marcos.	maior parte do ano; intensa atividade humana, apesar das secas; intensidade da agricultura e pecuária;
Zona do Sertão do São Francisco	Belo Monte, Delmiro Gouveia, Olho d'Água do Casado, Olho d'Água Grande, Pão de Açúcar, Piranhas, São Brás, Traipu.	A agricultura vai se desenvolvendo rotineiramente o que vem, com a criação, conservar as cidades tradicionais, já decadentes, e as recém criadas, etacionárias; a influência das rodovias tem desenvolvido um pouco os trabalhos rurais.
Zona do Baixo São Francisco e Delta	Igreja Nova, Penedo, Porto Real do Colégio, Feliz Deserto, Piaçabuçu.	A lavoura do arroz como o seu lugar nas áreas inundáveis, e, a pecuária domina os espaços mais elevados, mas se transfere nas fases de estio às partes mais baixas, aproveitando os pastos ainda úmidos.

Fonte: LIMA, Ivan Fernandes. **Geografia de Alagoas**. São Paulo: Ed. do Brasil, 1965. (Coleção Didática do Brasil. Série Normal, v. 14). Elaboração: o autor.

Lima, em seu estudo, ainda destaca, para além de sua proposta, duas divisões: a primeira foi a de Craveiro Costa ainda no ano de 1931 (Litoral, Mata, Sertão e São Francisco); a segunda, foi a do Conselho Nacional de Geografia – CNG, que teria tido como base a já proposta divisão de Craveiro Costa (Litoral, Mata, Sertaneja, Serrana, Sertão, São Francisco e Baixo São Francisco). Nota-se que nenhuma dessas divisões apresentadas (LIMA,1965; COSTA, 1931; e CNG, 1941) colocava o Agreste como sendo uma zona fisiográfica única, mas sim, atrelada a outras zonas, diferente da proposta de Andrade ([1963] 2011), que já trata o Agreste como uma sub-região de cunho bastante importante, o que pode ser visto mediante o dinamismo apresentado por cidades no interior nordestino, “sendo assim, não poderia deixar de citar as cidades de Campina Grande/PB, Caruaru/PE, Feira de Santana/BA, Itabaiana/SE e Arapiraca/AL. Cada uma com suas particularidades e com bastante expressividade para seus estados” (FIRMINO, 2019, p. 49).

Para além destas divisões, têm-se as propostas oficiais feitas pelo IBGE. Aqui destacam-se duas. A primeira, que prevalecia até 2017, forma as Mesorregiões e Microrregiões Alagoanas¹², enquanto a segunda proposta de divisão compreende a

¹² “Entende-se por Mesorregião uma área individualizada em uma Unidade da Federação que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante e, a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial. Estas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que ali se formou. Criadas pelo IBGE, são utilizadas apenas para fins estatísticos. Não se constituem em entidades político-administrativas autônomas” IBGE (DGEO/DITER. 1990).

mudança feita pelo IBGE em 2017 (Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas – Imagens 3 e 4). Em relação a primeira o estado apresentava três Mesorregiões e treze Microrregiões: Leste Alagoano (Microrregião do Litoral Norte Alagoano, Maceió, Mata Alagoana, Penedo, São Miguel dos Campos, Serrana dos Quilombos), Agreste Alagoano (Microrregião de Arapiraca, Palmeira dos Índios e Traipu) e Sertão Alagoano (Microrregião de Batalha, Sertão do São Francisco, Santana do Ipanema e Serrana do Sertão Alagoano). Já a proposta feita a partir da mudança de 2017, têm-se: 1) Região Geográfica Intermediária de Maceió, composta pelas Regiões Geográficas Imediatas de Maceió, Porto Calvo-São Luís do Quitunde, Penedo, São Miguel dos Campos, União dos Palmares e Atalaia; 2) e Região Geográfica Intermediária de Arapiraca, composta pelas Regiões Geográficas Imediatas: Arapiraca, Palmeira dos Índios, Delmiro Gouveia, Santana do Ipanema e Pão de Açúcar-Olho d'Água das Flores-Batalha.

Imagem 3. Alagoas: Regiões Geográficas Intermediárias



Fonte: IBGE 2018, Malha Municipal; IBGE 2017, Regiões Geográficas Imediatas; SEPLAG/SINC/GGEO 2019.

Imagem 4. Alagoas: Regiões Geográficas Imediatas



Fonte: IBGE 2018, Malha Municipal; IBGE 2017, Regiões Geográficas Imediatas; SEPLAG/SINC/GGEO 2019.

Diante destas propostas, é preciso levar em consideração a oficial definida pelo IBGE, mas sem esquecer as sub-regiões definidas por Andrade ([1963] 2011), que possibilita de forma ampla entender o contexto de cada uma (Litoral e Zona da Mata, Agreste e Sertão) para chegar às particularidades encontradas nas regiões geográficas imediatas, que em conjunto constituem a sociedade alagoana nos seus mais variados aspectos: sociais, culturais, econômicos etc. Alagoas apresenta-se como o segundo menor estado da Federação Brasileira¹³, à frente somente de Sergipe, possuindo uma população estimada, segundo dados do IBGE (2020), de 3.351.543 habitantes, distribuídos pelos seus 27.774,993 km² e seus 102 municípios, com densidade demográfica de 112,33 hab/km² em 2010 (ano do último censo).

Nos dias atuais, percebe-se que sua economia ainda sofre, por exemplo, com a presença de uma forte concentração de renda e uma monocultura que se alastra pelo Litoral e Zona da Mata, chegando às extremidades do Agreste, diferença salarial, falta de incentivo ao pequeno produtor e/ou comerciantes, entre outros. Comungando com Carvalho (2012, p. 11), vê-se que “a economia do Estado possui um reduzido parque industrial, uma agricultura com alguns setores dinâmicos e uma rede de comércio e serviços baseada na economia informal, pouco desenvolvida, e, por isso, incapaz de gerar mais empregos”.

A área total dos estabelecimentos agropecuários alagoanos ocupa, segundo o IBGE (2017), 1.636.712 hectares e 98.542 estabelecimentos agrícolas, dos quais 80.922 correspondem aos de menos de 10 hectares ou aqueles produtores sem terras. Esses cultivam somente uma superfície de 208.381 hectares, inferior a área cultivada com cana: 273.963 hectares, com 15.865.201 toneladas de cana e um valor médio da produção de 1.036,89 milhões de reais (IBGE, 2018). Do lado oposto, têm-se 49 estabelecimentos com 2.500 hectares ou mais, cuja superfície total não foi informada. Analisando os dados do estado, incluindo os mencionados, restam 17.571 estabelecimentos, que cultivam 1.428.331 hectares (Tabela 2). Nesse sentido, é perceptível que Alagoas ainda possui uma estrutura da propriedade da terra muito contrastada. Essa realidade contribui para o atraso das zonas rurais, uso

¹³ Nilo Bernardes (1967, p. 77) ao tratar do território alagoano, sua posição e sua respectiva colonização, aponta que por se tratar de um “território relativamente pequeno [...] não dá margem a uma variedade muito grande de esquemas na seleção de áreas prováveis para a colonização. O fator posição, a determinação do local de instalação de cada núcleo apresenta então uma variação modesta, compatível com a pequena proporção do espaço considerado”.

desigual do território e redução da diversificação da agricultura, em virtude, por exemplo, de não se ter boas terras e quantidade suficiente para seus cultivos. Logo, é visível que,

O mundo rural alagoano é marcado pela estrutura fundiária problemática, refletindo a concentração das melhores terras em poucos e grandes estabelecimentos, e por um modelo agrícola que revela a centralização da produção em poucas atividades, como a pecuária e a cana-de-açúcar, ocupando menos de um quinto da área com as atividades de todas as demais lavouras (CARVALHO, 2012, p. 21).

Tabela 2. Tamanho, Número e Área dos Estabelecimentos Agropecuários em Alagoas (2017)

Tamanho em hectares	Unidade s	Superfície e	Tamanho em hectares	Unidade s	Superfície
De 0 a menos de 5	65.079	103.464	De 200 a menos de 500	718	216.233
De 5 a menos de 10	15.087	104.917	De 500 a menos de 1.000	220	148.400
De 10 a menos de 20	8.252	116.124	De 1.000 a menos de 2.500	105	161.005
De 20 a menos de 50	5.276	161.030	De 2.500 a menos de 10.000	40	X ¹⁴
De 50 a menos de 100	1.933	135.371	10.000 e mais	9	X
De 100 a menos de 200	1.067	148.617	Produtor sem área	756	- ¹⁵

Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/Descricao/6754>

A situação econômica de Alagoas ainda não é tão profunda graças aos investimentos na área social, que têm contribuído para melhoria em seu crescimento, visto que:

Têm características extraordinárias e positivas. São massivos, capilarizados, chegam às famílias mais pobres e nas localidades mais distantes. São eles que movimentam parte considerável do comércio local e dinamizam a produção da economia popular. O pequeno comércio e as feiras de bairro da capital e as do interior do Estado têm suas dinâmicas determinadas, em grande parte, por essa renda social (CARVALHO, 2012, p. 87).

Investimentos, principalmente federais, têm contribuído para dinamizar os vários setores da economia e aumentar consideravelmente o consumo da população e a sobrevivência de grande contingente que vive em terras onde o poderio canavieiro é

¹⁴ X: Valor inibido para não identificar o informante.

¹⁵ (-) zero absoluto, não resultante de um cálculo, ou arredondamento.

dominante, daí o Programa Bolsa Família (PBF), por exemplo, ser uma “válvula de escape” para aqueles que sobrevivem de serviços informais (MEDEIROS, 2018; SILVA, 2017), conhecidos na literatura geográfica como fazendo parte do circuito inferior da economia urbana (SANTOS [1979] 2008) ou dependente do que o setor canavieiro propuser. Assim, uma aliança entre ampliação do crédito popular e dos recursos públicos, permitiu que,

Alagoas obtivesse médias positivas no consumo de varejo, acima das nordestinas e brasileira, ativando o setor de serviços, criando mais empregos formais, provando que o principal problema regional é encontrar formas de distribuir renda, ampliar o mercado consumidor, gerando dinâmica que permita a criação e a atuação de novas empresas [*realidade esta que foi posta em xeque em virtude da pandemia, mas que terá que ser analisada posteriormente*] (CARVALHO, 2012, p. 99). (Grifo nosso).

Diante dessa realidade, observa-se que a população emprega sua força de trabalho nas mais variadas formas de atividades encontradas no campo ou na cidade. A força de trabalho é o fator principal e se dá de forma bastante diversificada, envolvendo homens, mulheres, idosos e crianças, tanto no processo de produção, como no de comercialização, fazendo-se perceber que “todo esforço para obter capital se traduz, afinal, em absorção de mão-de-obra, porque é pela aplicação do fator trabalho que se cria o fator capital” (RANGEL, 1990, p. 103).

Portanto, vale ressaltar que a fragilidade da economia alagoana nos dias atuais é reflexo da dependência que o estado sempre teve da atividade agroindustrial canavieira, impossibilitando, assim, maior diversificação do processo industrial e afetando o avanço do desenvolvimento de um comércio mais variado e de prestações de serviços em grande parte de suas cidades. Excetuam-se algumas cidades do interior alagoano que não dependem apenas de um tipo de atividade, como a monocultura da cana, mas que têm, além de uma atividade policultura, um dinamismo e uma centralidade como reflexo de outras atividades importantes ao longo dos seus processos de formações. Assim, destacam-se Arapiraca, Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema, Delmiro Gouveia, entre outras, onde conforme Carvalho (2012, p. 17), de forma geral, em Alagoas, “o setor de serviços (incluindo comércio e administração pública) é o grande motor da economia”.

Palavras finais

Ao analisar o território alagoano vimos que, desde sua gênese, a ocupação e a formação das atividades econômicas e edificação da sua sociedade, contou sem sobra de

dúvidas, em sua maior parte, com o cultivo da canavieira que se expandiu por todo o antigo sul da Capitania de Pernambuco até as extremidades do que vem a ser hoje o estado de Sergipe. Formou-se a atividade agrária de maior relevância do ponto de vista econômico para o estado, concentrada quase em sua totalidade na sub-região da Zona da Mata e Litoral Oriental, impossibilitando um uso mais diversificado da terra, como ocorreu e vem ocorrendo nas sub-regiões do Agreste e Sertão, onde o algodão foi protagonista e contribuiu para a formação e desenvolvimento de diversos centros regionais interioranos. A primeira caracteriza-se pelo uso mais diversificado da terra, desconcentração da propriedade, atividade de policultura, índices demográficos significativos e um comércio e serviços em patamares de destaques. No caso do Sertão, apesar das grandes propriedades e uso limitado das terras, devido em parte as condições naturais e/ou criação de gado, ainda é mais democrático o uso destas terras se comparado com a sub-região Zona da Mata e Litoral Oriental, onde a cana e seu produto principal, o açúcar, são peças-chave para compreender o processo histórico que fez Alagoas ser tão conhecida pelos seus mares verdes de cana, reinando como protagonista até os dias atuais no que se refere a agroindústria sucroalcooleira do Nordeste brasileiro.

Portanto, não é de negar que o açúcar tem papel de destaque na economia do estado alagoano, na sua história e em toda sua formação, que, segundo Diégues Jr. (1944, p. 10), “é através do açúcar, pela edificação dos engenhos, que se vai alargando o povoamento. Iniciado em Pôrto Calvo, o aparecimento de engenhos vai descendo e atinge também Alagoas do Sul, sempre à procura dos vales férteis”. Essa importância dada ao açúcar é proveniente de sua formação histórica. Tornou-se a atividade mais lucrativa, criando núcleos de populações onde a cultura se instalava. Foi também responsável pela criação da indústria alagoana, a indústria canvieira, ocupando ainda hoje um posto importante no cenário nacional no que diz respeito à produção da cana-de-açúcar (FIRMINO; MOLINERO-HERNANDO, 2020). Logo, “para o conhecimento do homem alagoano, da sua sociedade colonial, imperial ou republicana, não se deve em nenhum momento ignorar a presença do açúcar” (TENÓRIO, 1996, p. 75).

Por fim, vale ressaltar que Alagoas ainda possui uma economia fortemente atrelada à cana e à sua respectiva indústria, que ao longo dos séculos estruturou sua vida de relações. Essa estrutura econômica foi sendo consolidada mediante os investimentos feitos como forma de modernizar os aparatos tecnológicos existentes, visando melhoramento produtivo e expansão da atividade canvieira, tornando-a a maior produtora do Norte e

Nordeste nestas primeiras décadas do século XXI, ocupando posto de destaque, uma vez que o Leste Alagoano representou a 13ª Mesorregião Geográfica com mais hectares colhidos de cana, de um total de 137 mesorregiões segundo o IBGE (2019), apontando para a presença de signos da globalização nesta atividade, desde os tratos culturais e a colheita da cana, até a produção e distribuição dos produtos dela resultantes.

Referências

ANDRADE, M. C. de. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. São Paulo: Cortez, [1963] 2011.

BERNARDES, N. Condições Geográficas da Colonização em Alagoas. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, v. 29 nº 2, pp. 65-83, 1967.

BRANDÃO, M. *Centenário da emancipação de Alagoas: 1917*. Instituto Archeologico e Geographico Alagoano. Maceió: Ramalho, 1919.

CARVALHO, C. P. de. *Economia opular: uma via de modernização para Alagoas*. Maceió. Maceió: EDUFAL, 4ª ed. rev. e ampl. 2012.

CORRÊA, R. L. A vida urbana em Alagoas: a importância dos meios de transporte na sua evolução. *Geografia, espaço e memória*. São Paulo: Terra Livre, nº 10, janeiro-julho, p. 93-116, 1992.

COSTA, C. *Historia das Alagôas: resumo didactico*. São Paulo: Cia. Melhoramentos de São Paulo; Maceió: SERGASA, [1929] 1983.

_____. *A emancipação das Alagoas*. Maceió, 1967.

DIÉGUES JR., M. *Alagoas e seus municípios*. Maceió: Imprensa Oficial, v. I, 1944.

_____. *O engenho de açúcar no Nordeste: documentação da vida rural*. Maceió: EDUFAL, 2006.

_____. *População e açúcar no Nordeste do Brasil*. Maceió: EDUFAL, 2ª ed. 2012.

DUARTE, A. *As Alagoas na guerra da independência*. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1974.

FERREIRA, J. P. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

FIRMINO, P. C. S. *Arapiraca/AL e Itabaiana/SE – a feira livre como gênese e desenvolvimento de dois centros regionais do interior do Nordeste brasileiro*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

_____. Os alicerces da formação econômica no Nordeste brasileiro: uma análise a partir da sub-região Agreste. *Revista Contexto Geográfico*. Maceió: Universidade Federal de Alagoas/UFAL, V. 4, nº 7, Julho, p. 42-53, 2019. ISSN 2595-7236.

FIRMINO, P. C. S.; MOLINERO-HERNANDO, F. Notas sobre la industria azucarera en espacios rurales contrastados: Castilla y León (España) y Alagoas (Brasil). *Libro del XX Coloquio de Geografía Rural de la Asociación Española de Geografía y III Coloquio Internacional de Geografía Rural*. Valladolid-Castilla y León/España, 30 de septiembre y 01 de octubre, p. 521-544, 2020. ISBN: 978-84-947787-6-6.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 34^a ed., 2007.

GUEDES, Z. *Arapiraca Através do Tempo*. Maceió: Mastergraphy, 1999.

GUERRA, A. T.; GUERRA, I. A. L. T. Subsídios para uma nova divisão política do Brasil. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, nº 178, Ano XXII jan/fev, p. 3-39, 1964.

LIMA, I. F. *Geografia de Alagoas*. São Paulo: Ed. do Brasil, Série Normal, v. 14, 1965.

LIMA, M. A. de. Cruz das Almas e Arapiraca, duas zonas produtoras de fumo (estudos preliminares). *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros/AGB*. São Paulo, v. VII, tomo I (1952-1953), p. 207-242, 1955.

LIRBÓRIO, L. F. Pesquisa científica na agricultura: sistema de produção de algodão naturalmente colorido na paraíba (PB). *Produção Acadêmica*. V. 1, nº 2, Dezembro, p. 3-17, 2015.

_____. *O circuito espacial de produção do algodão naturalmente colorido na Paraíba-Brasil*. Tese de doutorado. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.

MEDEIROS, D. A. de. *Financeirização do território e circuitos da economia urbana em Alagoas*. Maceió: FAPEAL; Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2018.

PRADO JR., C. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1^a ed., [1942] 2011.

_____. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, [1945] 2012.

RANGEL, I. *Introdução ao Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. Biental, 2ª ed. 1990.

SANT'ANA, M. M. de. *Contribuição à história do açúcar em Alagoas*. Recife: Instituto do Açúcar e do Alcool, Museu do Açúcar, 1970.

SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países desenvolvidos*. São Paulo: EDUSP, [1979] 2008.

_____. *Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: EDUSP, [1988] 2008.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/EDUSP, [1996] 2008.

SILVA, C. J. da. *Os usos do território no setor produtivo: por uma industrialização local do estado de Alagoas*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

SILVA, F. A. de. *A pobreza na região canavieira de Alagoas no século XXI: do programa bolsa família à dinâmica dos circuitos da economia urbana*. Tese (Doutorado defendido no Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP). Campinas, 2017.

TENÓRIO, D. A. Visão geral da Província das Alagoas no Segundo Reinado. In. TENÓRIO, D. A. *Capitalismo e Ferrovias no Brasil*. Curitiba: HD Livros, 1996.

VALOR 1000. *1000 maiores empresas e as campeãs em 25 setores e 5 regiões*. Ano 13, nº 13, agosto, 2013.

Sites Consultados

www.ibge.gov.br – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE (Censo Demográfico, Censo Agropecuário, Divisões Regionais do Brasil (Meso e Microrregiões, Regiões Intermediárias e Imediatas).

www.seplag.al.gov.br – SEPLAG – Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio.

Recebido em: 14 de julho de 2021

Aprovado em: 10 de novembro de 2021